

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.320.598 - RS (2012/0085372-4)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : JOÃO MANOEL STONE FONSECA
ADVOGADO : CARLA LÍSIA PIAS ARNHOLDT DA CAMINO - RS062947
AGRAVADO : HABITASUL CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A
ADVOGADO : JÚLIO CÉSAR TRICOT SANTOS E OUTRO(S) - RS032882
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : CLÓVIS KONFLANZ E OUTRO(S) - RS022871

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. TRIBUNAL A *QUO* FIXOU OS LIMITES DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. MODIFICAR ESSA CONCLUSÃO DEMANDA REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. *"O recurso especial não é instrumento adequado para o reexame de provas, notadamente para verificar se os cálculos elaborados no procedimento de cumprimento de sentença incorreram em excesso frente ao título executivo formado. Incidência do óbice da Súmula 7/STJ."* (AgInt no AREsp 1.467.276/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe de 28/06/2019).

2. No caso, o Tribunal de Justiça concluiu que "(...) os cálculos elaborados pelo agente financeiro são mais benéficos ao autor; pois os encargos adicionais por impontualidade estão contados a partir do trânsito em julgado. e não desde o vencimento da prestação, conforme fez a perita". A pretensão de revisar tal entendimento demandaria revolvimento fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, conforme Súmula 7/STJ. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator